



## UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES - UNAC

### COMUNICADO DE IMPRENSA

**17 de Abril - Dia Internacional da Luta Camponesa**

*“Defendendo nossos direitos Camponesinos à terra, às Florestas Nativas e à Soberania Alimentar”*

À 17 de Abril de cada ano, movimentos de camponeses ao nível mundial organizam actividades comemorativas, tais como marchas, debates, seminários de reflexão, workshops, dias de campo, feiras agrícolas, entre outras, como símbolo de solidariedade e apoio à luta pelos direitos dos camponeses, em celebração do Dia Internacional da Luta Camponesa. Esta data foi declarada, pela La Via Campesina Dia Internacional de Luta Camponesa, em memória dos 19 camponeses assassinados em El Dorado dos Carajás, no Brasil, no ano de 1996, em plena luta pelo **direito à terra**.

Nós movimentos sociais, filiados à La Via Campesina, organizamo-nos em todo mundo a cada 17 de abril para comemorarmos esta data, porque o esquecimento só beneficia aqueles que continuam a oprimir. Unimo-nos para comemorar essa luta, exigir justiça e reforçar a nossa resistência. É neste intuito que tomamos como lema global que a terra, a água e o território não são apenas mercadorias. Eles são a base das nossas comunidades, culturas e Soberania Alimentar. O direito à terra é fundamental para que os trabalhadores agrícolas e as comunidades rurais possam continuar a produzir alimentos saudáveis através da agroecologia camponesa e a participar plenamente na vida social, económica e política. No entanto, este direito e esta luta continuam a ser marginalizados, criminalizados e os direitos dos camponeses, apoiados pela Declaração das Nações Unidas para os direitos dos Camponeses (UNDROP), sistematicamente violados.

Na persecução da luta camponesa, nós membros da União Nacional de Camponeses (UNAC), movimento de camponeses e camponesas do sector familiar que luta por maior protagonismo dos camponeses na construção duma sociedade assente na gestão e uso sustentável dos recursos naturais, na justiça social e económica, prosperidade e solidariedade em Moçambique, realizamos nesta quinta-feira, 17 de Abril, a nível nacional, várias marchas, debates, feiras agrícolas alusiva a esta efeméride, reafirmando o nosso engajamento e protagonismo na luta pelos direitos dos camponeses.

Neste ano, a UNAC centrará a sua agenda e atenção nas ferramentas públicas de gestão de recursos naturais aprovadas concretamente a Política e lei de Florestas, assim como o processo em curso de referente da revisão da Lei de Terra.

Nos processos acima referidos e outras referente ao desenvolvimento rural e agrário em Moçambique, nos como movimento de camponeses de sector familiar **exigimos:**

- A continuidade de uma **reforma agrária** genuinamente Moçambicana, assente na Soberania Alimentar, iniciada em 1975 com a independência, continuada com a aprovação da Lei de Terras 19/97;
- O apoio através de recursos financeiros públicos a **agricultura familiar**, na criação de condições para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa e o meio rural através da dinamização das Infra-estrutura rurais, Assistência Técnica aos Camponeses/as, facilitação de Crédito Bonificado ao sector familiar, reabilitação dos sistemas de regadio, facilitação de sistemas de agro-processamento e conservação local de produtos, acesso aos mercados a preços justos), porque esta agricultura é que realmente produz alimento para o povo rumo à **Soberania Alimentar**;
- O desenvolvimento de campanhas de reposição florestal através do uso/fomento das árvores (espécies) nativas vs **florestas nativas**, aliado a protecção das nossas florestas;
- Promoção de modelo desenvolvimento agrário que valorize e considere a Soberania Alimentar e consequentemente a nossa independência alimentar vs soberania nacional;
- Valorização e reconhecimento das **Sementes nativas**, permitindo e promovendo a sua troca e venda entre as famílias camponesas, reconhecendo assim os seus direitos como guardiãs deste património;
- **Promoção de Políticas agrárias** que considerem seriamente as dimensões social, económica e ambiental da utilização dos solos e que **abordem as causas estruturais das desigualdades e injustiça**;
- Uma Lei de Terra ambiciosa, progressista e que reconheça os direitos de camponeses e camponesas no acesso, posse, uso, aproveitamento e controle deste recurso primordial para a vida das comunidades rurais e que eleve os direitos consuetudinários, direitos da mulher, e outros grupos vulneráveis, consulta comunitária, direito à habitação condigna, participação comunitária efectiva na gestão e administração de terras, transparência, entre outros;
- Eliminação de qualquer modelo e/ou forma de tentativa de usurpação dos direitos camponeses à terra, **denunciando** assim, iniciativas neoliberais e de capitalismo selvagem sob várias formas e/ou camuflagens, tais como trespasse e/ou colateralização, actos esses que os consideramos inconstitucionais. E sublinhamos que perante estas tentativas lutaremos até as últimas consequências tal como o fizemos durante a nobre luta, que como um POVO, levamos a cabo nos anos 60/70, a qual culminou com a libertação do homem e da terra.

Enquanto camponesas e camponeses, reafirmamos o nosso compromisso em Produzir alimentos para alimentar o Povo Moçambicano, e continuaremos firmes na nossa luta pela defesa dos interesses e direitos dos camponeses em Moçambique.

***Terra: Minha Vida, Meu Futuro***

***Semente: Património dos Povos ao Serviço da humanidade.***

***Camponeses Unidos, Sempre Venceremos!***

***Globalizemos a Luta, Globalizemos a Esperança!***

Maputo, 17 de Abril de 2025